

COLÉGIO PEDRO II

Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
Programa de Pós-Graduação em Ensino de História

Priscila Ferreira Gomes

**O GOLPE DE 1964 NO ENSINO DE HISTÓRIA:
O USO DA IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA**

Rio de Janeiro

2021



Priscila Ferreira Gomes

O Golpe de 1964 no Ensino de História: o uso da imprensa como fonte histórica.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador Prof. Dr. Leandro Clímaco Mendonça

Rio de Janeiro

2021

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

G633 Gomes, Priscila Ferreira

O golpe de 1964 no ensino de história: o uso da imprensa como fonte histórica / Priscila Ferreira Gomes. — Rio de Janeiro, 2021.
43 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Leandro Clímaco Mendonça.

1. História – Estudo e ensino. 2. Brasil - História - Golpe civil-militar, 1964. 3. Imprensa. 4. Goulart, João, 1918-1976. I. Mendonça, Leandro Clímaco. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB7 5692.

Priscila Ferreira Gomes

O Golpe de 1964 no Ensino de História: o uso da imprensa como fonte histórica.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em 23 de dezembro de 2021.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Leandro Clímaco Mendonça
Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Júlio César Paixão
Colégio Pedro II

Profa. Dr. Pedro Krause Ribeiro
Colégio Pedro II

Resumo

GOMES, Priscila Ferreira. **O Golpe de 1964 no Ensino de História: o uso da imprensa como fonte histórica.** 2021. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Rio de Janeiro, 2021.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a atuação de um título da chamada imprensa empresarial brasileira no contexto histórico que resultou no Golpe civil-militar de 1964. A partir do *Correio da Manhã* e da análise dos editoriais mais emblemáticos publicados naquele contexto de crise - “Fora!” e “Basta!” - o trabalho propõe que os alunos atuem como agentes do processo de ensino e aprendizagem e utilizem a imprensa como fonte histórica.

Palavras-chave: Imprensa. Correio da Manhã. João Goulart. Golpe civil-militar.

Lista de Ilustrações:

Figura 1 – Correio da Manhã: Reformas provocam conflito em BH.....	29
Figura 2- Correio da Manhã- O comício.	30
Figura 3- Última Hora- Greve Acabou.....	31
Figura 4- Última Hora- Mensagem de Jango defende justiça social e desenvolvimento	32
Figura 5- Correio da Manhã- Clube Militar adere ao Clube Naval.....	35
Figura 6- Correio da Manhã- Basta!	36
Figura 7- Correio da Manhã- Fora!	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. O GOVERNO JOÃO GOULART	8
3. IMPRENSA E MEMÓRIA	22
4. SEQUÊNCIA DIDÁTICA	27
4.1. PLANO DE AULA OU ATIVIDADE PEDAGÓGICA	27
4.2. PLANO DE AULA OU ATIVIDADE PEDAGÓGICA	34
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39

INTRODUÇÃO

Os jornais são importantes porta-vozes de determinados grupos da sociedade e, por isso, fontes fundamentais quando se pretende estudar a cultura, os embates e dilemas sociais de certa época. Através deles, que exercem a função de importantes personagens políticos, afirma-se um ponto de vista particular para o restante da sociedade. Ou seja, os periódicos tentam conquistar o poder simbólico de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar certa visão de mundo (Bourdieu, 1999, p.14).

O *Correio da Manhã*,¹ conhecido como jornal de oposição e frequente representante da classe média brasileira, apesar de ter sido a favor da posse de João Goulart, em 1961, apoiou sua queda e, portanto, o movimento civil-militar que foi responsável por sua derrubada. Tal apoio – em um primeiro momento, digamos que fervoroso – pode ser percebido através de editoriais, como o “Basta! ” e o “Fora”, exigindo a saída de Jango e “defendendo a manutenção dos princípios democráticos”, que seria representada pela chegada do novo regime. Nota-se que a mídia é parte integrante do jogo político e da construção do acontecimento histórico (Abreu, 1995, p.9).

Este periódico, fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt, advogado e jornalista do jornal em seus anos iniciais, utilizou o material e o prédio onde funcionou o antigo jornal *A Imprensa*, de Rui Barbosa, localizado na rua Moreira César, número 117. No editorial de sua primeira edição, o jornal afirmava não ser a favor de partido nenhum, colocando-se a favor da causa do povo.

É a partir do primeiro momento de apoio ao golpismo civil-militar que derrubou João Goulart e a democracia brasileira, ou seja, mais precisamente entre os meses de março e abril do ano de 1964, que este trabalho privilegia. O objetivo é compreender não somente os fatos ocorridos na época, mas também como a imprensa se posicionou e atuou em um período tão dramático da história brasileira.

¹ O acervo do jornal encontra-se em diversos lugares: seus originais estão localizados no Arquivo de São Paulo; e em microfilme, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Já seus arquivos iconográficos e alguns textos encontram-se no Arquivo Nacional. Atualmente, os seus periódicos encontram-se digitalizados no site da Biblioteca Nacional.

disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Nacional, levando em conta principalmente seus editoriais.

De acordo com Eduardo Chammas (2011, p.4), transformar os editoriais dos periódicos em objeto de pesquisa nos permite observar com mais clareza os interesses do jornal, bem como o seu posicionamento político no campo dos embates sociais mais amplos vivenciados pela sociedade brasileira. O interesse em trabalhar com a temática do Golpe de 1964 surgiu por causa da grave situação vivida pela democracia brasileira no presente.

O revisionismo historiográfico surgiu como uma das armas mais empregadas pelo movimento de extrema direita liderado pelo atual presidente, Jair Bolsonaro, como forma de justificar o injustificável: o regime ditatorial (1964-1985), tema sensível ainda nos dias atuais, dado que nossa transição para a democracia fora feita sem a necessária culpabilização dos agentes do Estado responsáveis pelos crimes contra os direitos humanos praticados ao longo dos 21 anos de ditadura. A fraqueza no enfrentamento dessas mazelas corroeu, e ainda corrói, nosso tecido democrático, fortalecendo posições de enaltecimento desse período que tem sido capaz de produzir uma disputa no campo da memória histórica que jamais ocorreria caso os valores democráticos fossem hegemônicos em nossa sociedade. Na era das Fake News², que grassam no mundo digital, e da persistente perseguição aos professores do campo democrático, qualificados como “doutrinadores”, faz-se necessário enfrentar a temática revisitando os embates que mobilizaram diferentes grupos sociais ao longo do período em que João Goulart governou o país a partir da análise do papel da imprensa enquanto agente político e das memórias que ganharam projeção no espaço público a partir da análise desse material jornalístico. Logo, trabalhar esse campo de disputas na sala de aula apenas faz sentido se orientado pela busca obstinada de recompor a ação de certas forças sociais - imprensa empresarial incluída - que, em nome da democracia, a golpeou, levando o país a vivenciar um dos períodos mais sombrios da sua história recente.

² *Fake News* terminologia adotada para tratar das desinformações: notícias falsas vinculadas nas mídias e redes sociais. Buscam manipular a informação sem de fato representar a realidade, assim como Perseu Abramo defende como uma realidade artificial. Segundo Eugênio Bucci, as *fake News* simulam a linguagem jornalística e adotam os jargões do jornalismo, sem ser jornalismo, sendo impossível encontrar o autor e ter com quem reclamar de seu conteúdo. BUCCI, Eugênio. *News não são fake- e fake não são News*. In. BARBOSA, Mariana (org.) **Pós-verdade e fake News: reflexões sobre a guerra das narrativas**. 1-Ed.- Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. P. 38.

O *Correio da Manhã* caracterizava Jango como antidemocrático, como um incitador de inseguranças e incertezas políticas e com esse discurso apoiava que houvesse uma intervenção em seu governo se necessário. O editorial o Comício publicado em 13 de fevereiro de 1964, apontava que:

Uma expectativa tensa caracteriza hoje, nesta sexta feira 13, o País. Há um comício, em que participará o presidente da República. E este comício foi, artificialmente, transformado em centro político de uma nação de 70 milhões de habitantes. (...)

Constitui verdadeiro absurdo que, em pleno regime democrático, um comício possa provocar o pânico. Criou-se, porém, no País a expectativa angustiante de uma explosão social. Não se sabe como será. E, desde que o comício é o primeiro acontecimento que surge, a imaginação popular concentrou-se em seu desfecho. (...) Fala-se em golpe, em revolução e em guerra civil. Nada disso acontecerá. Ainda estamos livres do trágico. Mas infelizmente já caímos no ridículo. Senão, consideremos a situação com um pouco de calma.

Quem pode destruir as instituições? Esses grupos de camponeses que invadem terras e logo são forçados a recuar? Os sindicatos rurais ainda em formação? As milícias de fazendeiros? Os líderes sindicais mais afoitos? Evidentemente que não. Só as Forças Armadas poderiam mudar o regime. Poderiam em tese, mas de fato, não podem.

Na verdade, as Forças Armadas estão em condições de restabelecer a ordem em qualquer recanto do País. (...). Ninguém tem dúvida de que os comandantes militares que se atreverem a dar qualquer ordem no sentido de ferir a legalidade deixarão imediatamente de ser obedecidos. (...) Há ainda que considerar o problema das reformas de base. Não podem ser adiadas. Não podem continuar servindo de pretexto para intimidações e manobras extremistas. Há a mesma deturpação tendente a criar clima de agitações e temores artificiais hoje implantados no País. É pura farsa.

O Sr. João Goulart e o Congresso terão uma ótima oportunidade de não serem incluídos nessa farsa, chegou o momento inadiável de definições. Mas de definições reais e não de definições demagógicas. (...). Neste

momento estamos denunciando a farsa. Com os próximos acontecimentos estaremos aptos a denunciar todos os farsantes.³

Apesar de se colocarem a favor das reformas de base, caracterizavam o presidente como um demagogo e que queria instaurar a desordem na cidade e utilizar o comício como palanque político. Nesse sentido, a escolha pelo *Correio da Manhã* se dá pela observação em suas diferentes vozes, em como esse periódico da imprensa empresarial criava uma realidade, ocultando ou fragmentando as informações, sendo os donos da rede de poder que tentavam informar o leitor com um consenso de verdades, como um produto acabado. (Barbosa,2000, p.264-266). O trabalho busca no processo de ensinoaprendizagem fazer com que o aluno dialogue com as vozes do jornal e questionem como o jornal tenta ser o portador da vontade de seus leitores, classe média conservadora em sua maioria, e participar da história do Brasil como um guardião de sua memória, do quê e como vale a pena lembrar do período emblemático de março e abril de 1964.

1. O GOVERNO JOÃO GOULART

Com o fim do governo Juscelino Kubitschek e o avanço do processo eleitoral de 1960, surgiram as candidaturas de Jânio Quadros pelo PTN (Partido Trabalhista Nacional), com apoio de Carlos Lacerda e a UDN (União Democrática Nacional), o General Henrique Teixeira Lott pela coligação PSD-PTB (Partido Social Democrata-Partido dos Trabalhadores do Brasil) e Adhemar de Barros pelo PSP (Partido Social Progressista). Jânio foi eleito com 48% dos votos e João Goulart foi reeleito para vice-presidente pelo PTB com o apoio do PSD com 38% dos votos. (Figueiredo, 1993, p.35).

De acordo com Boris Fausto, (2013, p.372) Jânio era o candidato favorito desde a campanha, com o *slogan* de que iria varrer a corrupção do país, conquistando o apoio da classe média anti-getulista e buscando a moralização dos costumes políticos. Já João Goulart, enfatizava a necessidade de mudanças econômicas e sociais, lançando um programa de reformas como vice-presidente.

³Editorial intitulado Comício, publicado no *Correio da Manhã*, em, 13 de fevereiro de 1964, nº 27760, ano; LXIII, primeiro caderno, página 6.

Foi a primeira vez que um presidente tomava posse em Brasília, mas devido ao estilo de governo personalista e suprapartidário provocou conflitos com o Congresso e começou a perder apoio dos conservadores, principalmente da UDN. Por exemplo, com políticas contraditórias como uma política externa independente, Jânio condecorou Che Guevara, após a Revolução Cubana e o astronauta russo Yuri Gagarin com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a mais importante medalha nacional. (Fausto, 2013, p.374). Quando apresentou a sua renúncia após sete meses de governo, todos os partidos aceitaram, apesar da resistência à aceitação de seu sucessor e vice-presidente João Goulart.

Após a entrega da faixa presidencial por Jânio, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli informou ao Congresso que os ministros militares não aceitavam o retorno de João Goulart para assumir a Presidência, ameaçando-o, inclusive, com a prisão. (Schwarcz; Starling 2015, p.434). O desconforto dos partidos de oposição com a posse de Jango vinha de sua liderança no campo do movimento trabalhista, razão pela qual propuseram junto ao Congresso formas de manterem as instituições democráticas, desde que fossem diminuídos os poderes de Goulart. O veto dos militares também era relacionado ao seu histórico político como Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, assim como o seu apoio a movimentos grevistas e sua simpatia aos governos comunistas da URSS e da República Popular da China, país na qual Jango estava em missão diplomática no momento da renúncia de Jânio Quadros. (Figueiredo, 1993 p.36-37).

Essas transições de governo estavam acontecendo durante a Guerra Fria, período histórico marcado pela bipolarização do mundo entre EUA e URSS, as duas superpotências a encarnar, respectivamente, o projeto capitalista e o socialista. Todavia, de acordo com Daniel Aarão Reis (2004, p.33), nem as direitas nem as esquerdas do país eram manipuladas pelas superpotências, mas usavam os seus ideais para fins de propaganda sem perder a autonomia política da época. Importante ressaltar que o uso dos embates ideológicos se deu principalmente para a construção da memória dos eventos que se sucederam por cada grupo.

De acordo com Argelina Figueiredo, a democracia dura apenas se é tornada duradoura pelas partes em conflito, ou seja, se todas as forças políticas acharem que

é melhor submeter os seus interesses e valores às instituições. Nesse momento, grupos de esquerda e de oposição formaram uma coalizão democrática no Congresso para fazer com que a Constituição fosse cumprida, em seu Art. 79. (Figueiredo, 1993, p.38). Dentro desse grupo, estavam políticos tradicionais, burguesia industrial de porte médio, setores agrários do sul do país, frustrando os interesses de multinacionais e associados e alguns militares da ESG, Escola Superior de Guerra. (Dreifuss, 2006, p.130). Importante ressaltar que o grupo de ministros que atuaram para vetar a posse de Jango eram militares- General Odílio Denys, da Guerra, Brigadeiro Grün Moss, da Aeronáutica e o Almirante Sílvio Jeck, da Marinha- mas, havia também os que apoiavam a legalidade e cumprimento da Constituição.

Leonel Brizola se tornou a primeira liderança civil a resistir a um golpe militar. (Schwarcz; Starling, 2015, p.435). O então governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango foi o responsável por promover a Campanha da Legalidade no seu estado, que contou com o apoio do General Machado Lopes, comandante do III Exército. (Fausto, 2015, p.377). Brizola, que no momento era um político de oposição, vinculado ao PTB- Partido Trabalhista Brasileiro, era simpatizante de Getúlio Vargas e como o ex-presidente dialogava com os trabalhadores, adquiriu uma estação de rádio para transmitir palavras de ordem do movimento para todo o país- a Rede da Legalidade. Essa campanha mobilizou a opinião pública em favor da posse de Jango por todo o país, fomentando o sentimento legalista. (Figueiredo, 1993, p.40).

Outros grupos sociais também exigiam o cumprimento da Constituição, como setores da Igreja Católica, estudantes da UNE- União Nacional dos Estudantes- e a OAB- Ordem dos Advogados do Brasil-, associações comerciais, profissionais e intelectuais e os governadores de diferentes partidos. Quem defendeu abertamente o veto dos militares foi o governador da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN) e o jornal *O Estado de São Paulo* (Schwarcz; Starling, 2015, p.435). O *Correio da Manhã*, apesar de ser um jornal de oposição a Jango, defendeu a posse do vice-presidente em cumprimento a legalidade da democracia e a Constituição de 1946.

Após a crise que tinha se instaurado para a posse de Jango, o Congresso encontrou uma saída - mudar o regime de governo de presidencialista para parlamentarista e dessa forma legitimar o artigo 79 da Constituição Federal de 1946, em caso de impedimento para o cargo de Presidente, o Vice-Presidente assume a vaga. Para isso,

o senador Afonso Arinos obteve a concordância de Goulart e o apoio do General Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar, para intermediar o diálogo entre os políticos que apoiavam a mudança do sistema de governo com os ministros militares. O Congresso debateu rapidamente um projeto de mudança para o parlamentarismo com as medidas institucionais aprovadas. (Figueiredo, 1993, p. 44-45).

Segundo Figueiredo, apesar da coalizão democrática discordar da forma pela qual os ministros militares atuavam para impedir a posse de João Goulart, compartilhavam dos receios dos mesmos, aceitando as restrições aos poderes do novo presidente, delineadas pela abrupta mudança constitucional. Para os militares da ala Legalista, o parlamentarismo permitia a manutenção dos poderes constitucionais de Goulart e ao mesmo tempo reduzia os seus poderes reais. Para os partidos conservadores, o parlamentarismo impedia a ruptura institucional e reduzia os riscos de implementação de políticas contrárias aos seus interesses. Para o PSD, o parlamentarismo os deixaria com o protagonismo político, visto serem maioria no Congresso, permitindo assim recuperarem a influência sobre a administração central e as políticas do governo. Para o PTB e os representantes socialistas, essa mudança de regime de governo representou um golpe branco. (Figueiredo, 1993, p.46-47).

João Goulart assumiu a presidência em 7 de setembro de 1961 em um modelo de governo em que precisava obter maioria no Congresso para governar, já que o Legislativo ganhou força com o Parlamentarismo. Para tal, Jango articulou a posse de Tancredo Neves como Primeiro Ministro e estimulou um gabinete montado pelo PSD-PTB E UDN- gabinete de conciliação nacional. (Schwarcz; Starling, 2015, p.437). Além disso, o sistema parlamentarista tinha caráter temporário, visto que estava previsto um *referendum* nove meses antes do final do mandato de Goulart para a população escolher entre o parlamentarismo e o presidencialismo. (Figueiredo, 1993, p.50).

Na década de 1960, o Brasil estava passando pelas transições do governo Juscelino Kubitscheck, marcado pela convergência de interesses entre as companhias multinacionais com setores da indústria brasileira. Isso proporcionou uma trégua para que Jânio Quadros fosse visto como o candidato do bloco modernizante conservador: multinacionais e associados e o setor agroexportador. Após a eleição de Jânio, esse grupo que o apoiou em sua candidatura juntamente com a CONCLAP – Conselho

Superior das Classes Produtivas- fez com que ele assinasse um documento reafirmando o papel das empresas privadas e do capital estrangeiro para o desenvolvimento do país, bem como outras exigências, por exemplo, o controle da mobilização popular e da intervenção estatal na economia e a redefinição das funções do Estado. (Dreifuss,1986, p.125-126).

De acordo com Dreifuss, a renúncia de Jânio e a mobilização para que Jango assumisse a presidência fez com que o grupo empresarial começasse a articular juntamente com os militares que apoiaram o ex presidente e fizeram parte de seu governo, um bloco civil militar para subverter a política populista, pois se sentiam ameaçados pela ascensão do vice-presidente.

Com o avanço dos anos de 1960, ganhou projeção a pressão de grupos sociais junto às instituições democráticas como meio de dar prioridade às reformas socioeconômicas e políticas. (Figueiredo,1993, p.22). A tensão no bloco social contrário a João Goulart, composto pelos empresários das companhias multinacionais e associadas, aumentou após as medidas governamentais que contrariavam os seus interesses, como a Lei de remessa de lucros de 1962. Essa lei restringia a remessa de lucros pelas multinacionais, impedindo a saída da maior parte do capital para as suas matrizes. O controle mais rigoroso das atividades do capital transnacional no Brasil diminuía o privilégio concedido nos governos anteriores, principalmente os de Juscelino e Jânio, quando os capitais nacionais e estrangeiros eram tratados em condições de igualdade. (Dreifuss, 1986, p.131).

De acordo com Boris Fausto (2013, p.377-380), dentre os novos grupos sociais a firmar aliança com Jango estavam a Liga Camponesa, os estudantes, parte Igreja Católica que integrava a CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil- e o movimento operário. Tal bloco passou a pressionar o governo com o intuito de levá-lo a avançar com a aprovação das reformas de base, vistas como fundamentais para promover mudanças que ajudassem a combater diversas questões até então marginalizadas no país. Todavia, após as eleições de 1962, e a crescente mobilização dos movimentos de esquerda mais radicais, a ala conservadora da Igreja Católica passou a fazer coro junto à mobilização contrária ao governo. (Reis,2004, p.37). As reformas de base incluíam diferentes setores sociais e econômicos, como:

A reforma agrária avançava sobre o latifúndio, e impactava a produção e a renda do campo; a reforma urbana interferia no crescimento desordenado das cidades, planejava o acesso à periferia e combatia a especulação imobiliária; a reforma bancária previa uma nova estrutura financeira sob controle do Estado; a reforma eleitoral poderia alterar o equilíbrio político, com a concessão do direito de voto aos analfabetos- cerca de 60% da população adulta- e aos soldados, e com a legalização do Partido Comunista; a reforma do estatuto do capital estrangeiro regulava a remessa de lucros para o exterior e estatizava o setor industrial estratégico. A reforma universitária acabava com a cátedra, e reorientava o eixo do ensino e da pesquisa para o atendimento das necessidades nacionais. (Schwarcz; Starling, 2015, p.439-440).

Ao mesmo tempo em que esses grupos apoiavam as propostas de Jango, a partir de 1962, com as eleições que ocorreram para renovar o Congresso, uma novidade na cena política ganhou relevo: a presença do financiamento das candidaturas oposicionistas por organismos extrapartidários como o IBAD e IPES, respectivamente, Instituto Brasileiro de Ação Democrática e Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais.

O IBAD funcionava desde 1959 no Rio de Janeiro e contava com contribuições de empresários brasileiros e estrangeiros, tinham apoio da CIA, agência de informações estadunidense. O objetivo de sua atuação era defender o país do comunismo e debater os aspectos econômicos, políticos e sociais da realidade brasileira. Já o IPES foi fundado no final de 1961 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo e de alguns oficiais da ESG. Ambas instituições promoveram campanhas contrárias ao governo Jango. O IBAD financiava campanhas de políticos de oposição ao governo, buscando aumentar a frente oposicionista no Congresso, todavia, como foi feito de maneira ilegal à luz da legislação da época, uma CPI foi aberta para comprovar as irregularidades, o que veio a resultar no seu fechamento em 1963. Já o IPES agia em duas frentes: promovia, por um lado, manifestações anticomunistas e anti governistas, custeando as campanhas, e, por outro, planejava organizar novo projeto de governo e país aberto ao fluxo de capital externo e com viés marcadamente autoritário. (Schwarcz; Starling, 2015, p. 440-441).

Dentre os apoiadores de Jango estavam as classes trabalhadoras, a pequena e média burguesia industrial, o setor agrário que produzia para o mercado interno, na

tentativa de criar um bloco do poder agroindustrial amparado pelos trabalhadores urbanos e pelo campesinato mobilizado para tentar conter o poder das multinacionais. (Dreifuss,1986, p.130). O avanço desse conjunto de reformas durante o governo Jango esbarrou, portanto, no sistema de governo parlamentarista, que tornava ainda mais difícil a obtenção de maioria no Congresso.

A reforma agrária trazia mais tensão no Congresso. O plano governamental classificava que o acesso à terra deveria ser obtido mediante uma política fiscal voltada para a punição das propriedades improdutivas. Francisco Julião, líder da Ligas Camponesas, juntamente com outros membros da liga e de dirigentes comunistas no I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores do Campo aprovaram a Declaração de Belo Horizonte onde definiram que a reforma agrária deveria ser radical. Parte defendia a expropriação de terras sem indenização prévia e outros defendiam o sindicalismo do trabalhador rural e a extensão da legislação trabalhista. O avanço do Estatuto do Trabalhador Rural só foi assinado em março de 1963. (Fausto,2013. p.379).

No Congresso Nacional, a discussão sobre a reforma agrária já era vigente no governo de Jânio Quadros, sobre a forma de indenização da terra desapropriada. Goulart oscilava entre negociar mais incisivamente junto ao Legislativo e atender as demandas da esquerda que o apoiava, visto que o seu maior interesse era recuperar os poderes totais do presidencialismo, com o plebiscito e promover as reformas de base. (Figueiredo, 1993, p. 71).

A Emenda Constitucional nº16/1961⁴ que instituiu o parlamentarismo previa um plebiscito em 1965 para a população escolher o sistema de governo. Como havia a convicção de que um presidente com mais poderes poderia estabilizar o país, que passava por greves trabalhistas, e promover as reformas de base, novos grupos se mobilizaram com vistas a apoiar a antecipação do plebiscito, como os sindicalistas e

⁴ Constituição Federal de 18 de setembro de 1946: **Art. 79** - Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República.

§ 1º - Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

os militares. Em janeiro de 1963, 9,5 milhões de brasileiros, em um total de 12,3 milhões votantes, decidiram pela volta do presidencialismo. Juntamente com as reformas de base, Goulart agora propunha o Plano Trienal, seu planejamento econômico criado pelo Ministro do Planejamento Celso Furtado, que propunha combinar o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação. (Fausto,2013, p. 386-387).

Após o plebiscito, Jango teve nova derrota no Congresso, ao tentar passar a proposta de emenda constitucional para a reforma agrária. Havia uma polarização política entre a esquerda e a direita estimulada pela figura de seus líderes, Leonel Brizola e Carlos Lacerda, respectivamente. Através de seu jornal, *Tribuna da Imprensa*, Lacerda expunha uma entrevista dada aos norte-americanos, onde sugeria que as Forças Armadas deveriam acompanhar o governo de Jango até o fim de seu mandato. Lacerda ainda denunciava que comunistas estivessem infiltrados nos sindicatos e no governo, pedindo a intervenção norte-americana. Com o aval de seus ministros militares, o presidente reagiu aos comentários de Lacerda solicitando que o Congresso decretasse Estado de Sítio para que ele pudesse interferir no Estado da Guanabara, governado por Lacerda, mas teve o seu pedido negado tanto pela direita quanto pela esquerda. (Ferreira,2003, p.372). Ainda passou uma imagem de neutralidade após a revolta de sargentos contra o STF. Os insubordinados invadiram a instituição porque foram declarados inelegíveis nas eleições que ocorreram em 1962. Rapidamente os comandantes militares resolveram esse movimento, todavia a neutralidade de Goulart frente ao motim trouxe insatisfação dos militares devido ao ataque à disciplina militar e a facilidade de isolar a capital do país, dando credibilidade às campanhas anti-Goulart promovidas com suporte do IPES. (Schwarcz; Starling, 2015, p.441-443).

O posicionamento de João Goulart incomodava também os grupos que o apoiavam - tanto a Ligas Camponesas como outros grupos e movimentos de esquerda, como seu cunhado Brizola, estavam descontentes. Para buscar a adesão da população com o intuito de pressionar pela aprovação das reformas no Congresso, Jango organizou o Comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de

1964. O ato de Jango mobilizou as esquerdas e o movimento sindical e também provocou a direita, mobilizando uma poderosa classe social a ter mais participação na oposição ao governo: os capitalistas. (Ferreira,2003, p.382).

Papel fundamental na sociedade brasileira, a imprensa poderia ajudar ou não nos projetos de Jango. A imprensa mostrava as mudanças na sociedade e, para o leitor diário, o acompanhamento dessas transformações, sendo parte do processo de fazer pensar sobre os acontecimentos da cidade e/ou país. (Abreu, 1996, p.17). Considerando as mudanças administrativas e a entrada de anunciantes, ainda na década de 1950, os jornais se tornaram alvo de grande investimento publicitário, saindo da esfera de jornalismo de combate/ opinião para vitrine de propaganda e dando prioridade a notícia, formando uma imprensa de caráter mais empresarial.(Abreu,1996, p.16)

Na cidade do Rio de Janeiro, além do *Correio da Manhã*, eram publicados o *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *O Jornal* e *Última Hora*. Além desses voltados, principalmente, para a classe média conservadora, considerando o grande número de analfabetos na cidade, havia ainda o *Imprensa Popular*, jornal comunista de grande circulação. Os jornais apresentavam várias vozes, como a dos jornalistas, dos patrocinadores e dos próprios leitores que se refletiam nas tendências políticas que essa imprensa trazia. (Ferreira,2011,p.10)

Em 1963, com a morte de Paulo Bittencourt, o *Correio da Manhã* passa a ser dirigido por sua esposa Niomar Muniz Sodré Bittencourt, que seguiria com a mesma linha do marido. No dia 6 de agosto deste ano, Carlos Drummond de Andrade escreveu em homenagem ao ex-diretor do jornal, que assinava como "PB": "Suas iniciais resumem muitas coisas: bravura, espírito público, elegância mental, amor à vida e aos homens que a tornam inteligível e harmoniosa, fecunda cordialidade. Assim, ficará em minha lembrança, Paulo Bittencourt. " ⁵. O jornal trouxe outros nomes importantes, visto que abrigava intelectuais da época como Hélio Jaguaribe, Carlos Heitor Cony e San Thiago Dantas como colaboradores políticos e Muniz Bandeira, Brito Broca como colaboradores da cultura brasileira e história, entre outros. Trazia ainda as notícias sobre

⁵ Reportagem do dia 6 de agosto de 1963, publicada no *Correio da Manhã* e escrita por Carlos Drummond de Andrade. Trecho retirado da revista Recine do Arquivo Nacional, ano 4, nº4, Arquivo Nacional, setembro de 2007.

o cenário internacional e apesar da mudança da escrita da década de 1950 para 1960, com a nova linguagem e o destaque para as notícias, ainda davam em cadernos como o de domingo espaço para os suplementos literários. (Abreu, 1996, p.35-36).

O jornal *O Correio da Manhã* publicou em seu editorial do dia 13 de março de 1964:

Constitui verdadeiro absurdo que, em pleno regime democrático, um comício possa provocar o pânico. Criou-se, porém, no País, a expectativa angustiada de uma explosão social. Não se sabe como será. E, desde que o comício é o primeiro acontecimento que surge, a imaginação popular concentrou-se em seu desfecho. A propaganda dos que barulhentemente o organizaram, opunha-se a ofensiva dos que queriam esvaziá-lo. Conjuntamente com o ponto facultativo surgiu uma série de medidas contra e a favor que só contribuíram para elevar a intranquilidade pública. Fala –se de golpe, em revolução e em guerra civil. Nada disso acontecerá. Ainda estamos livres do trágico. Mas infelizmente já caímos no ridículo. Senão, consideremos a situação com um pouco de calma. (CM, 13.3.1964)

O periódico trazia ainda questionamentos sobre quem seriam os atores que poderiam destruir as instituições, enumerando os grupos de esquerda que apoiavam o governo, como sindicalistas e camponeses. As Forças Armadas, para o *Correio da Manhã*, seriam as instituições capazes de restabelecer a ordem no país. Ainda criticavam a polarização dos líderes políticos quanto ao assunto das reformas de base, classificando ambos como agitadores populares de temores artificiais implantados no País.⁶

De acordo com Boris Fausto, cerca de 150 mil pessoas compareceram para ouvir o presidente e outros líderes dos movimentos da esquerda, como Brizola, levando bandeiras vermelhas que pediam a legalização do Partido Comunista, exigiam a reforma agrária entre outras procedências, causando temor nos conservadores, visto que o evento foi televisionado. Jango assinou simbolicamente dois decretos: de desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás e decreto da SUPRA- Superintendência da Reforma Agrária- declarando que as

⁶ Ver mais no editorial do *Correio da Manhã*: http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21760.pdf acessado em 30/06/2019

propriedades subutilizadas, especificando a localização e a dimensão estariam sujeitas a desapropriação. O comício desencadeou forças da esquerda e da direita que o governo não podia mais controlar. (Figueiredo, 1993, p.198).

De acordo com Figueiredo, após o discurso na Central do Brasil a oposição se apoderou do discurso da legalidade, alegando que as reformas de Jango ameaçavam as regras constitucionais. Assim como se posicionou o *Correio da Manhã* através de seu editorial, classificou o comício como sem finalidade e exibicionista, acusando o governo de inerte durante parte de seu mandato. E que em uma última tentativa de recuperar o tempo perdido, ameaçava as instituições, principalmente o Congresso. Por fim, o jornal se posicionou ao lado das reformas, desde que fossem feitas legalmente de acordo com a Constituição. Desejou o fim dos comícios, vistos como motores da intranquilidade popular. Outro jornalista também estabeleceu que as Forças Armadas seriam as únicas que poderiam manter a ordem jurídica no país, de acordo com a Constituição. Dessa forma, caso fosse necessário, as forças armadas deveriam intervir no Brasil.

A reação conservadora foi imediata, com a organização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Esse evento ocorreu em São Paulo no dia 19 de março, com apoio do IPES e da associação das senhoras católicas, reunindo em torno de 500 mil pessoas, com dois objetivos principais: responder ao Comício da Central e manifestar o desejo da sociedade pela intervenção das Forças Armadas. A manifestação não teve a atenção necessária dos líderes de esquerda e nem do presidente João Goulart, minimizando assim sua importância e impacto. (Schwarcz; Starling, 2015, p.444).

Além disso, mostrou que outros atores poderiam apoiar a tese da “legalidade” contra as medidas de Goulart, mesmo que não tivesse sido feito nada contra a Constituição. Castelo Branco, chefe do estado-maior do Exército, definia que a posição das Forças Armadas era necessária devido a intranquilidade e sobressalto verificados após o comício, por conta da perspectiva de uma Assembleia Constituinte para estabelecer as reformas, sendo considerado por ele como revolucionário. (Figueiredo, 1993, p.183-184).

Outro evento foi o último suspiro do governo Goulart. A Associação dos Marinheiros pleiteava melhor remuneração e mais direitos aos marinheiros, tendo como um dos líderes um dos atores da ditadura que viria nos anos seguintes, Cabo Anselmo. Em 24 de março, o Ministro da Marinha, Silvio Mota, ordenou a prisão dos dirigentes. Houve um acordo com os rebeldes que posteriormente foram anistiados pelo presidente, provocando reação ferrenha das Forças Armadas. Sentindo-se desmoralizada por causa da quebra de hierarquia, a cúpula da Marinha atuou para mobilizar os militares de alta patente contra Jango. (Fausto, 2013, p.391). Esses acontecimentos legitimaram a intervenção militar golpista, e de acordo com Daniel Aarão Reis (2004, p.39) e deram bases sociais à aliança entre o dinheiro, a cruz e a espada que derrubou o governo Jango.

A partir desse episódio, integrantes do IPES admitiram a possibilidade de um golpe de Estado. A Operação Brother Sam estava preparada em Washington com o apoio de militares brasileiros para oferecer suporte logístico em caso de resistência de Jango. Em 30 de março, o presidente foi discursar na posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos no Clube Naval, na Cinelândia. (Schwarcz; Starling, 2015, p.446). No mesmo dia, o General Olímpio Mourão Filho, com o apoio do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, saiu de Juiz de Fora com suas tropas em direção ao Rio de Janeiro.

O presidente recebeu ultimatos de seus generais para que rompesse com o CGT, Comando Geral dos Trabalhadores, declarasse repúdio ao comunismo, reprimisse as greves trabalhistas e negociasse com as tropas rebeladas. No entanto, Jango não aceitou essas condições e ao se dirigir à Brasília, lançou um manifesto à Nação denunciando as forças reacionárias e o poder econômico que reagiam às reformas de base, à elevação do nível de vida da população e à democratização da sociedade. (Ferreira,2003, p.398).

Jango poderia ter reagido ao golpe, mas ao analisar as forças com as quais poderia contar para resistir, aliado ao fato de que sabia da participação norte-americana na articulação para a sua derrubada, agiu evitando uma possível guerra civil, assumindo a derrota e se exilando. (Ferreira,2003, p.399). De acordo com Schwarcz e Starling, Jango tinha algumas opções enquanto estava exilado no Uruguai: barrar Mourão Filho, proclamar a sociedade para resistir ao golpe, mas para isso deveria

estar no Rio de Janeiro, apresentar um programa democrático com garantias de eleições e mobilizar parlamentares de esquerda em seu apoio ou mobilizar uma nova Campanha da Legalidade. Todavia, dessa vez a bandeira da legalidade havia sido apropriada pela coalizão golpista.

O jornal *Correio da Manhã* trouxe dois editoriais que marcaram a história desse período, um no dia 31 de março e outro no dia 01 de abril de 1964, intitulados “Basta”⁷ e “Fora”⁸. No primeiro, terminam convocando as instituições a serem incisivas na defesa da democracia enquanto o segundo colocava Jango como provocador da quebra da hierarquia militar e responsável pela intranquilidade e polarização dos agentes políticos no país. Ao mesmo tempo, o jornal se colocava como defensor da democracia, da Constituição e contrário a ditaduras.

Contudo, com o agravamento da crise político-militar existente no período e a divisão mais explícita da sociedade em posições esquerdistas ou direitistas, o *Correio da Manhã* colocou-se contra a permanência do presidente no cargo e a favor do movimento que se organizava para a sua derrubada, como pode ser percebido em seu famoso editorial intitulado “Basta!”.

“Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto tomar pra si, por meio de decretos-leis a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presentemente, na classe produtora? (...) Até que ponto quer desagregar as forças armadas por meio da indisciplina que se torna cada vez mais incontrolável?”

Basta de farsa. Basta da guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia para que, realmente, se possam fazer as reformas de base.

⁷ http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21775.pdf acessado em 30/06/2019

⁸ http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21776.pdf acessado em 30/06/2019

A opinião pública recusa uma política de natureza equívoca que se volta contra as instituições, cuja guarda deveria caber ao próprio Governo Federal.

Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base votadas pelo Congresso. Queremos a intocabilidade das liberdades democráticas. Queremos a realização das eleições em 1965. Se o sr. João Goulart não tem a capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional não lhe restará outra saída senão entregar o governo ao seu legítimo sucessor. (...) Mas para isto, o sr. João Goulart terá de desistir de sua política atual que está perturbando uma nação em desenvolvimento, e ameaçando de levá-la à guerra civil.

A Nação não admite nem golpe nem contragolpe. Quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, quem desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e, com ela, todos os meios de manifestações do pensamento, abrindo o caminho à ditadura.

O Brasil já sofreu demasiado com o governo atual. Agora, basta!”⁹

No editorial publicado no dia seguinte, na data do golpe civil-militar em 01/04/1964, o periódico apoiava que Jango saísse do governo o qualificando inclusive como traidor da República. Apesar de se colocarem contra qualquer ditadura e buscarem legitimar a sua posição a favor da legalidade da democracia e contra qualquer tipo de radicalização, em um primeiro momento foram a favor que as Forças Armadas assumissem o governo, para trazer estabilidade ao Brasil.

“A Nação não mais suporta a permanência do sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao sr. João Goulart: saia.

Quando o sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e de

⁹Editorial intitulado Basta!, publicado no *Correio da Manhã*, em, 31 de março de 1964, nº 27775, ano; LXIII, primeiro caderno, página 1.

insegurança que teve o auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas.

Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime contra a República, que ele jurou defender.

Todos nós sabemos o que representa de um funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda, porque o povo, depois de uma larga experiência, reage e reagirá com todas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas.

Queremos que o sr. João Goulart devolva ao Congresso, devolva ao povo o mandato que ele não soube honrar.

Nós do CORREIO DA MANHÃ defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país.

A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defende-las. Nós continuaremos a defende-las.”¹⁰

2. IMPRENSA E MEMÓRIA

O uso da imprensa como fonte histórica pelo historiador sempre fora marcado pela desconfiança. Segundo Le Goff, nenhum documento é inocente e a tentativa da imprensa de se auto afirmar como imparcial mascara a iniciativa que ela tem como provocadora de um acontecimento. (Abreu,1995, p.8).

De acordo com Capelato, isso é fruto de premissa equivocada que por muito tempo orientou o trabalho de investigação histórica, a saber, de que estas são fontes que retratam a realidade de maneira fidedigna (Chammas, 2011,p.3). Os historiadores a teriam abandonado exatamente por causa da manipulação que estruturaria o trabalho jornalístico da imprensa organizada como grande empresa, tornando-o um material a ser evitado. (Cruz; Peixoto, 2007. p.254). Ambas as leituras, claro, partiam de premissas que não levavam em consideração que a imprensa, assim como qualquer

¹⁰ Editorial intitulado Fora!, publicado no *Correio da Manhã*, em, 01 de abril de 1964, nº 27776, ano; LXIII, primeiro caderno, página 1

outra fonte histórica, pode e deve ser objeto da investigação histórica, desde que observados alguns cuidados metodológicos. Dentre esses cuidados, é importante destacar a caracterização da fonte analisada, problematizar a conjuntura da época, tornando a imprensa como força ativa da história e como a mesma tenta se colocar como senhora da memória. É importante trazer o aluno/leitor, o senso de historicidade. (Cruz; Peixoto, 2007, p. 255-259).

Os jornais servem como guardiões da memória, visto que colaboram para a construção da memória individual e também na constituição das lembranças e memórias coletivas. (Halbwachs, 1990, p.55). Na década de 1950, com o fim da censura do Estado Novo de Vargas e o seu Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP- e dos controles sobre os meios de comunicação, se intensificou a modernização da imprensa, com a incorporação de novas tecnologias e mudanças na forma de atuação do jornalista. Com o advento do *copy-desk*, influencia norte-americana na escrita jornalística deixando de lado a tradição francesa e o jornalismo de opinião para privilegiar a informação e a notícia, dessa forma, os jornais passaram a buscar a objetividade e a imparcialidade na notícia. (Abreu, 1996, p.15). O jornalista se colocava como o desbravador da verdade para o leitor, aquele que tornaria público aquilo que parecia confuso, trazendo um discurso de autoridade que ajudaria a colocá-lo como guardião da memória do nicho de leitor que ele representava. (Barbosa, 2007, p.149-150).

Importante pensar em como esse meio de comunicação operava e ainda opera em diferentes redes de poder, que se materializam em forma de conteúdo, em discussões sobre como passar a informação; o que passar (o que é o fato?), e, claro, com os vínculos sociais mais amplos estabelecidos entre o grupo controlador e demais grupos da sociedade. (Barbosa 2006, p.264-265).

Os periódicos eram avidamente consumidos pela sociedade carioca, capital federal até 1960. Na década anterior, novos jornais surgiram na cidade, tais como *Tribuna Popular*, *A Classe Operária*, *O Popular*, *Vanguarda Socialista*, *Resistência*, *Diário Trabalhista*, *O Mundo* e *Tribuna da Imprensa*. Outros títulos, por sua vez, intensificaram suas tiragens, como os diários *O GLOBO*, *Jornal do Comércio* e *Jornal do Brasil*. (Ribeiro, 2000, p.45). O *Correio da Manhã* também apresentava uma das maiores tiragens matutinas, de acordo com Marinalva Barbosa, 230 mil tiragens diárias eram distribuídas pela cidade.

O *Correio da Manhã* estava sob o comando de Niomar Muniz Sodré Bittencourt. A linha editorial assumida pelo diário afirmava o compromisso com os valores democráticos e legalistas expressados pela Constituição de 1946 e, como tal, posicionou-se a favor da posse de João Goulart na presidência, mesmo não concordando com o seu estilo populista de governar. (Siqueira, 2007, p. 30). Após o Comício na Central do Brasil, o jornal passou a atacar mais veementemente Jango como o causador do caos no país, mas sempre reforçando a defesa da democracia e das reformas de base. O periódico frisava ainda que essas mudanças não poderiam ser feitas de forma a trazer intranquilidade à população e às instituições democráticas, apoiando dessa forma que as Forças Armadas intervissem contra o governo como forma de evitar uma possível ditadura de Jango. No entanto, como ressalta Chammas (2011), sem argumentar como seria o possível golpe à democracia que o presidente estava articulando.

Outro jornal interessante da época era o jornal *Última Hora*, que trazia uma proposta diferente do objeto de análise do trabalho. Segundo Carlos Leal, em artigo publicado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil- CPDOC, o jornal foi fundado em 1951 por Samuel Wainer e tinha a proposta de defender o projeto político representado na figura de Getúlio Vargas. De acordo com Wainer, “o jornal iria romper com a formação oligárquica da imprensa brasileira e dar início a um tipo de imprensa popular e independente”. O jornal, portanto, faria uma oposição à classe dirigente brasileira, apesar do reconhecimento de seu fundador de que não fora capaz de atingir as camadas populares. Durante a crise do governo Jango, foi um dos poucos jornais que apoiou o presidente. Sendo uma rara oposição à imprensa empresarial na qual o *Correio da Manhã* estava inserido.

Se, como vimos, havia uma polarização na sociedade que se expressava em torno de diferentes projetos de país, situação que não era nova e que já havia resultado no suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, também é forçoso reconhecer que essa diversidade era subrepresentada nos títulos da imprensa empresarial. Prevalcia em títulos como *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Jornal do Comércio*, por exemplo, uma forte adesão ao projeto mais conservador vinculado aos interesses do capital nacional e estrangeiro, conforme demonstrado pelo apoio incontestado desses veículos ao golpismo expressado pelos setores empresariais e sociais contrários a Jango (Abreu, 1996, p.13).

Os jornais não eram, claro, partidos políticos no sentido *strictu sensu*, e nem representavam um de forma oficial, no entanto, é inegável que a atuação dos títulos diários mantidos pelas grandes empresas do setor se assemelhava a um partido político, pois eram, e ainda são, capazes de produzir teses e consensos na arena pública capazes de direcionar e/ou redirecionar os marcos do debate em torno de temas considerados cruciais para os seus interesses mais imediatos, inclusive, e especialmente, os de caráter classista. No campo dos conflitos que se acirraram nos meses que antecederam o Golpe de Estado de 1964, essa afirmação é ainda mais cristalina. Era a destruição das reformas de base que estava em jogo. A derrota, enfim, do campo popular que então se organizava de maneira inédita.

A década de 1950 representou um marco na história da imprensa, pois trouxe mudanças na forma de apresentação do jornal. A “objetividade jornalística” buscava deixar o texto mais sintético e isento, transmitindo a informação ou fato ou evento, situando o leitor no assunto tratado no texto. (Lattman-Weltman, 1996, p.163-164). Relaciona-se à ideia de Marta Barbosa, com a ideia de que a imprensa tem a função de informar, no sentido de difundir, ensinar ao leitor os fatos novos que ajudariam a construir verdades, como um produto acabado pronto para o consumo.

Os jornais ocupavam os lugares das praças públicas na definição do espaço coletivo da política no mundo contemporâneo. Eles traziam diferentes vozes buscando se aproximar dos leitores e tentando atrair mais. Representando os interesses dos seus leitores, o jornal tentava exercer uma representação simbólica, como se expressasse o real pensamento daquela parcela da sociedade, legitimando os seus interesses. (Chammas, 2011, p.3). A imprensa empresarial atendia aos interesses de seus proprietários e as vozes dos mesmos poderiam ser vistas através dos editoriais, dos colunistas convidados, dos anunciantes, de como a mesma notícia era passada em diferentes periódicos. De acordo com Leonardo Pereira, a polifonia e polissemia presentes era a forma de manter o interesse de seu público alvo e ao mesmo tempo tentar captar outros tipos de leitores, de outras camadas da sociedade.

Como aponta Chammas, a partir do século XX os jornais se tornaram órgãos de poder e por mais que pretendam construir ideia de que apenas buscam informar os leitores, percebe-se, no decorrer dos anos 1950, que a afirmação de que eram imparciais e objetivos era, antes, prática que escamoteava interesses claros de intervenção na realidade, visando atacar projetos populares de poder e sociedade, em

ascensão naquele contexto histórico, e a garantir, portanto, a hegemonia de projeto articulado em torno do bloco de poder que então lutava ferrenhamente contra as reformas de base.

Além disso, lembrar que determinado jornal pertence a um grupo controlador, deixa mais clara a ideia de que a imprensa é sim ator ativo na história, não só da sociedade política e dos acontecimentos narrados nos editoriais, assim como na própria dinâmica mais geral do capitalismo e da vida econômica da cidade como um todo. O jornal e o jornalista que assina as notícias não são depositários dos fatos, mas parte importante da construção da consciência histórica. Dessa forma, colocar o *Correio da Manhã* como objeto de estudo permite que haja a compreensão da relevância desse meio de comunicação na história social. (Cruz; Peixoto, 2007, p.257).

Os senhores da memória, como Marialva Barbosa os caracterizavam, selecionavam e determinavam o que é para ser lembrado e o que é para ser esquecido. Para uma análise historiográfica, a imprensa não deve ser pensada somente como o veículo da informação, mas também como o agente social produtor da ação, do acontecimento (Barbosa, 2007, p.269). As disputas de memória encontram-se nos currículos de história em função das novas demandas de visibilidade social, dos grupos identitários e dos movimentos que buscam interferir na liberdade de ensinar e no direito de aprender. (Pereira; Seffner, 2018, p.14).

Analisar os acontecimentos mais marcantes de março de 1964 traz a discussão do passado vivo, presente na contemporaneidade com disputas de memórias controversas. De acordo com Verena Alberti, essa memória promoveria o debate entre o que é transmitido em casa, com as histórias familiares ou da comunidade, com o que é ensinado nas escolas. Para permitir aos alunos maior apropriação do campo das disputas que opôs democratas aos setores sociais adeptos do golpismo, conforme reflexão assumida por Heloísa Cruz e Maria do Rosário Peixoto, torna-se estratégico empregar a imprensa como fonte privilegiada, pois, atuando como ator político que compartilhava projeto de poder e sociedade dos setores hegemônicos da sociedade brasileira, a imprensa empresarial como um todo, e o *Correio* em particular, atuaram decisivamente para classificar o governo Goulart como antidemocrático.

A questão da objetividade e neutralidade que o *Correio da Manhã* tentava valorizar e defender é falha no sentido de que o jornal representa uma realidade social. A mídia age como uma força social que está presente na produção como autoridade

soberana e detentora da verdade. “Articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos, e de projetos, com os quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro”. (Cruz; Peixoto,2007, p.259). Pensar, por meio da imprensa, a questão da memória, na construção de uma memória coletiva, reforçando os sentimentos de pertencimento (Pollak,1989, p.9).

De acordo com Pierre Nora, o acontecimento é o maravilhoso das sociedades democráticas, sendo a imprensa um dos meios de mantê-lo vivo. O papel do historiador seria encontrar um lugar onde possa reduzir esse acontecimento, fazendo surgir o passado no presente. Apesar da construção da memória ser um processo individual, os jornais participam diretamente dos acontecimentos na constituição de lembranças e na memória da sociedade. (Muniz,2011, p.130).

Pois como nos alerta Rousso, a presença de um acontecimento próximo, como o golpe de 1964, faz com que seja necessária a presença desse passado no presente para evitar que haja novos eventos como esse. Partindo da memória, torna-se importante discutir com os alunos o que a memória tenta alienar, a história liberte e o uso dos editoriais contribui para revelar não só os discursos, mas como eles se inserem como agente social.

3. SEQUENCIAS DIDÁTICAS:

1.Plano de Aula ou de Atividade Pedagógica

Disciplina: História

Nível de ensino:

[] 1º Segmento do Ensino Fundamental

[X] 2º Segmento do Ensino Fundamental

[] Ensino Médio

Ano/Série: 9º ano

Duração: 2 tempos de 50 minutos cada

Tema: A Crise do Governo João Goulart.

Problema: A abordagem da imprensa sobre o Comício da Central do Brasil- Imprensa empresarial x imprensa de oposição: O *Correio da Manhã* e o Jornal *Última Hora*. Em 13 e 14 de março de 1964.

Objetivo Geral: Analisar como os jornais *O Correio da Manhã* e *Última Hora*, periódicos cariocas, divulgaram o Comício da Central do Brasil, um marco do governo Jango que ajudou desencadear os acontecimentos prévios ao golpe civil militar de 1964, depois de reflexão sobre o Governo de João Goulart pós aprovação do presidencialismo por meio de plebiscito em 06/01/1963 e as discussões sobre as reformas de base.

Objetivos Específicos: Comparar os atores escolhidos, *O Correio da Manhã* e *Última Hora*, bem como seu público alvo e como se posicionavam sobre os acontecimentos selecionados, comparando como essa imprensa se vinculava aos fatos e ao conteúdo abordado.

Conceitos/Noções: papel da imprensa, governo João Goulart, Comício da Central do Brasil.

Conteúdos: analisar os posicionamentos dos periódicos indicados, a partir do conteúdo abordado e relacionar o papel da imprensa no golpe civil militar.

Procedimentos e Estratégias: Na primeira aula será apresentada a renúncia de Jânio Quadros e como a Constituição de 1946 previa que o vice-presidente, João Goulart, assumisse o governo. Contexto de Guerra Fria em que estava inserido e a articulação do golpe civil-militar em 1964.

Na segunda aula, será abordado o papel da mídia na construção da memória social coletiva, em especial o do jornal *Correio da Manhã* na década de 1960. Um resumo de sua história, comentando brevemente sobre o ano de sua fundação e a motivação (oposição ao governo de Campos Sales), seus dirigentes, público alvo e papel do mesmo nos anos de 1960. Além disso, será abordada uma breve história do jornal *Última Hora* e como a sua voz era de oposição ao *Correio da Manhã*.

O foco da aula é analisar os editoriais do dia 13/03/1964, data do Comício da Central do Brasil e as expectativas de cada jornal sobre o evento.

Roteiro:

- 1- Caracterizar as opções estéticas do jornal.
- 2- Identificar a linguagem adotada e o público a que o jornal se destina.
- 3- Identificar aspectos abordados sobre o governo João Goulart nos editoriais.
- 4- Observar como o jornal se coloca frente aos pontos do item anterior.
- 5- Relacionar a aula expositiva com as percepções observadas nos editoriais.
- 6- Comparar o posicionamento dos periódicos selecionados.

Recursos didáticos: Na primeira aula o recurso será o quadro e os alunos, já divididos em grupos para a atividade de avaliação, receberão os a primeira página e os editoriais dos dois jornais do dia 13/03/1964 para a ampla visualização de como eram publicados e se colocavam para os leitores. Na segunda aula, os grupos irão ler e analisar os editoriais dos jornais *Última Hora* e do *Correio da Manhã* e a partir das instruções indicadas para a leitura dos documentos.

Avaliação: A turma será dividida em 5 grupos de 6 alunos para trabalhar com os editoriais, tendo como fonte de consulta o livro didático e anotações feitas em sala de aula.

Os alunos deverão responder perguntas a partir dos editoriais escolhidos:

- A respeito das reformas de base que João Goulart queria implementar em seu governo e do apoio buscado no Comício da Central do Brasil, verifique como os editoriais se manifestaram no dia do evento.

- a partir desses documentos, compare as vozes dos jornais e escreva as suas percepções do fato, do evento e do que foi escrito.

Correio da Manhã
 EDUARDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT
 RIO DE JANEIRO, SEXTA-FEIRA, 13 DE MARÇO DE 1969

REFORMAS PROVOCAM CONFLITO EM BH

ACÓRDO EUA-PANAMÁ

Washington (AP-CP) — O acordo de cooperação de defesa entre os Estados Unidos e Panamá, assinado em 1958, foi renovado por um período de dez anos, segundo o Departamento de Defesa.

O acordo, assinado pelo secretário de Defesa, Robert McNamara, e pelo ministro da Defesa panamenho, General José María Argüelles, prevê a manutenção de bases militares americanas em território panamenho.

O acordo também prevê a cooperação entre os dois países em matéria de defesa e de segurança.

O acordo foi assinado em Washington, em 12 de março de 1969.

INDIA ACUSA CHINA

Nova Délhi (AP-CP) — O ministro da Defesa, Balraj Sahay, acusou a China de violar o tratado de fronteira de 1960, assinado entre os dois países.

Sahay afirmou que a China estava construindo fortificações e bases militares ao longo da fronteira com a Índia.

O ministro também acusou a China de violar o tratado de fronteira de 1960, assinado entre os dois países.

Sahay afirmou que a Índia estava se preparando para uma possível guerra com a China.

ONU ENVIA HOJE FORÇA A CHIPRE

Genebra (AP-CP) — O Conselho de Segurança da ONU aprovou hoje a resolução que autoriza a ONU a enviar uma força de manutenção da paz para Chipre.

A resolução foi aprovada por 12 votos contra 2.

A força de manutenção da paz da ONU em Chipre terá o objetivo de evitar o uso da força e de facilitar o diálogo entre as partes.

Entre o bem e o mal



MISSÃO VIAJA PARA NEGOCIAR DIVIDAS

Paris (AP-CP) — Uma missão brasileira viajou para Paris para negociar as dívidas do Brasil com o Banco Mundial.

A missão é liderada pelo ministro das Relações Exteriores, Américo de Oliveira.

A missão também inclui o ministro da Fazenda, Roberto Campos, e o ministro da Economia, Roberto Campos.

A missão viajou para Paris em 12 de março de 1969.

ADEUS DOS GREGOS AO REI PAULO

Atenas (AP-CP) — O rei Paulo I da Grécia anunciou hoje que se aposentaria.

O rei Paulo I anunciou que se aposentaria em 15 de março de 1969.

O rei Paulo I anunciou que se aposentaria em 15 de março de 1969.

EUA EXIGEM DEVOLUÇÃO DE PILOTOS

Washington (AP-CP) — O Departamento de Defesa dos Estados Unidos exigiu hoje a devolução dos pilotos americanos capturados no Vietnã.

O Departamento de Defesa exigiu a devolução dos pilotos americanos capturados no Vietnã.

O Departamento de Defesa exigiu a devolução dos pilotos americanos capturados no Vietnã.

JURI DECIDE HOJE PROCESSO DE ROJY

Batavia (AP-CP) — O júri decidiu hoje no processo de Rojy, acusado de assassinato.

O júri decidiu hoje no processo de Rojy, acusado de assassinato.

O júri decidiu hoje no processo de Rojy, acusado de assassinato.

TECIDOS

O ministro da Indústria e Comércio já enviou aos empresários das indústrias têxteis, algodão e lã, uma lista de medidas que serão tomadas para evitar o fechamento de fábricas.

CONCEIÇÃO DE SUGA

Caracas (AP-CP) — O Conselho de Segurança da ONU aprovou hoje a resolução que autoriza a ONU a enviar uma força de manutenção da paz para a Guiné-Bissau.

O comício

Uma expectativa tensa caracteriza hoje, nesta sexta-feira 13, o País. Há um comício, em que participará o presidente da República. E este comício foi, artificialmente, transformado em centro político de uma nação de 70 milhões de habitantes.

Nesta altura dos acontecimentos, ele é um teste para sabermos se existirá clima para o trabalho tranqüilo ou se, por duros caminhos, teremos que conquistar primeiro a tranqüilidade, para poder executar o trabalho.

* * *

Constitui verdadeiro absurdo que, em pleno regime democrático, um comício possa provocar o pânico. Criou-se, porém, no País a expectativa angustiada de uma explosão social. Não se sabe como será. E, desde que o comício é o primeiro acontecimento que surge, a imaginação popular concentrou-se em seu desfecho. A propaganda dos que barulhentos e organizaram, opunha-se a ofensiva dos que queriam esvaziá-lo. Conjuntamente com o ponto facultativo surgiu uma série de medidas contra e a favor que só contribuíram para elevar a intranqüilidade pública. Fala-se em golpe, em revolução e em guerra civil. Nada disso acontecerá. Ainda estamos livres do trágico. Mas infelizmente já caímos no ridículo. Senão, consideremos a situação com um pouco de calma.

* * *

Quem pode destruir as instituições? Esses grupos

de camponeses que invadem terras e logo são forçados a recuar? Os sindicatos rurais ainda em formação? As milícias de fazendeiros? Os líderes sindicais mais afoitos? Evidentemente que não. Só as Forças Armadas poderiam mudar o regime. Poderiam em tese, mas de fato, não podem.

* * *

Na verdade, as Forças Armadas estão em condições de restabelecer a ordem em qualquer recanto do País. O levante frustrado dos sargentos de Brasília deixou isso bem claro. Ninguém tem dúvida de que os comandantes militares que se atreverem a dar qualquer ordem no sentido de ferir a legalidade deixarão imediatamente de ser obedecidos. As últimas tentativas não dão margem a quaisquer dúvidas a esse respeito.

Mesmo que ocorresse o caos econômico: a moratória internacional, a paralisação da produção e o desemprego, mesmo assim as forças democráticas do País saberiam enfrentar as condições adversas e preservar o regime que é a forma de garantir o desenvolvimento nacional e coibir o arbítrio e o capricho dos governantes.

Em face disso, torna-se óbvio que a todos os setores responsáveis do País, caberia, nesta hora, o dever indeclinável de envidar todos os esforços para evitar a desordem econômica.

Há ainda a considerar o problema das reformas de base. Não podem ser adiadas. Não podem continuar servindo de pretexto para intimidações e manobras

extremistas. Entre o anti-reformismo generalizado do sr. Lacerda e o reformismo indefinido do sr. Brizola e Arraes não há diferença. Há a mesma deturpação tendente a criar o clima de agitações e temores artificiais hoje implantado no País. É pura farsa.

O sr. João Goulart e o Congresso terão uma ótima oportunidade de não serem incluídos nessa farsa. Chegou o momento inadiável de definições. Mas de definições reais e não de definições demagógicas.

* * *

Há mais de um ano, o CORREIO DA MANHÃ sugeriu às classes produtoras e trabalhadoras que se definissem no "Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base", realizado em São Paulo.

Voltamo-nos agora para os Poderes Executivo e Legislativo. Nem o presidente da República nem os deputados e senadores têm o direito de jogar com palavras. Quais as reformas que desejam ou não desejam realizar?

Esta pergunta não pode continuar sem resposta; ou respondida por reticências que animam e inspiram esse clima de insegurança e intranqüilidade capaz de transformar um comício em uma ameaça de golpe ou de guerra civil.

* * *

Neste momento, estamos denunciando a farsa. Com os próximos acontecimentos estaremos aptos a denunciar todos os farsantes.

INQUILINOS VÃO PROPOR: — NINGUÉM PODERÁ TER MAIS DE 3 IMÓVEIS (P. 2)
Jango na Escola Superior de Guerra: — Política Externa Independente Para Defesa da Soberania e Paz Mundiais

ÔNIBUS VOLTAM HOJE APÓS UM DIA DE SUPLÍCIO PARA POPULAÇÃO CARIOCA

GREVE ACABOU



PUNIÇÃO DO FURA-GREVE

PRESOS LIBERADOS

Vigilância de Polícia, que impediu a entrada dos manifestantes que tentavam desfilar (foto na p. 2), e a atuação do Departamento de Polícia de São Paulo, que impediu a entrada dos manifestantes de outras cidades, resultou em uma greve de ônibus que afetou a circulação de milhares de pessoas em São Paulo. A greve acabou hoje, e os ônibus voltaram a circular normalmente.

ANO XIII — Rio de Janeiro, 6.º Feirão, 13 de Março de 1964 — Nº 1.235
Ultima Hora
PREÇO DO EXEMPLAR: CR\$ 30,00

MARIA TERESA: — Vou ao Comício



CL e a Bandeira

Um dos maiores problemas que enfrenta hoje a população carioca é a falta de transporte público adequado. A greve dos ônibus afetou gravemente a circulação de milhares de pessoas em São Paulo. A greve acabou hoje, e os ônibus voltaram a circular normalmente.

Rio-SP Começa Dramático: "MENGO" SEM ANANIAS E AMEAÇADO POR MARCIAL



LIQUID: Inúmeras manifestações foram realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e outras cidades. Os manifestantes exigem a renúncia de Ananias e a convocação de eleições livres e justas. A situação política no Brasil é extremamente tensa, e a população está preocupada com o futuro do país.

ANCIÃO LUSO: — EU NÃO QUERIA MATAR MEU AMOR DE 17 ANOS



RAINHA DA INGLATERRA: MAIS UM HERDEIRO



Liz Quer Casar no Canadá



CLASSES PRODUTORAS FUNDAM COMANDO NACIONAL EM AGITADA REUNIAO (PAG. 4)

Mensagem de Jango Defende Justiça Social e Desenvolvimento

JA foi, ontem, encaminhada à Imprensa Nacional, para impressão em avulsos, a Mensagem que o Presidente da República encaminhará ao Congresso na próxima sexta-feira, quando da reabertura dos seus trabalhos. Nesse documento trabalhou, de maneira exaustiva, o Presidente, reexaminando-o pessoalmente, alterando-o até nos últimos momentos, imprimindo ao documento as características do seu Governo e das teses que informam o seu comportamento.

"A mensagem do Governo ao Congresso se é tranqüila e objetiva e se baseia no binômio — Justiça Social e Desenvolvimento", anunciou, ontem, o Secretário de Imprensa da Presidência da República. Depois de fazer um histórico da situação econômica e social do País, a Mensagem manifesta o propósito do Governo de enviar imediatamente ao Congresso proposições sobre cinco reformas fundamentais, a saber: agrária, bancária, tributária, urbana e administrativa. Destaca, ainda, o documento o propósito em que se encontra o Governo de manter a atual política externa e de ampliar o comércio exterior. Discorre sobre o Plano Trienal e sua aplicação,

REFORMA AGRÁRIA

O Grupo de Trabalho encarregado de elaborar a mensagem de reforma agrária deu, ontem, a redação final ao projeto que será entregue hoje ao Presidente João Goulart.

O projeto consta de 8 capítulos e 51 artigos, a saber: Disposições preliminares, desapropriação por interesse social, distribuição de terras aos agricultores, planos de colonização, arrendamento de parceria e disposições gerais e transitórias. O Sr. João Caruso, Superintendente da SUPRA, incluiu, ontem, os trabalhos de levantamento das

AUMENTO

A mensagem presidencial acompanhada de projeto de lei referente ao aumento de vencimentos do funcionalismo público será enviada ao Congresso Nacional logo nos primeiros dias de sua reabertura. Ontem, o Sr. João Goulart solicitou do Sr. Evandro Lins e Silva para reexaminar os estudos que se encontram em poder do Chefe de Gabinete Civil.

PINHEIRO CHAGAS E A "ALIANÇA PARA O PROGRESSO"

O Ministro da Saúde, Sr. Paulo Pinheiro Chagas, criticou ontem a "Aliança para o Progresso", evidenciando a necessidade urgente de sua reformulação, "pois a sua burocracia é terrível e tremendo".

Essa declaração, feita no curso de uma entrevista coletiva, foi acrescentada a outra, de que ainda obstante "o Governo americano está empenhado em colaborar com a América Latina".

Manifestando-se sobre a política interna, Chagas afirmou que até o fim deste mês, deverão ser inaugurados os novos Ministérios de Justiça e Relações Exteriores. Quanto aos titulares dos postos, disse que havia lido nos jornais os nomes dos Srs. Abelardo Jurema e Renato Archer, como candidatos para os postos.

Adviu que participava do próximo Congresso Interamericano de Saúde Pública a realização em Washington a convite do Exarcado dos Estados Unidos.

O Ministro da Saúde disse também que a reforma sanitária será apresentada ao Congresso em um mês, se houver acordo entre os partidos.

SENADORES QUE CHEGAM

Comegam a chegar os primeiros Senadores para o início dos trabalhos do Senado, a partir do dia 16 do corrente. Já se encontram nesta capital os Srs. Joaquim Parreia, Dinarte Mariz, Silvestre Pires e Lino de Mattos. Está presidente da Comissão do Distrito Federal, na legislatura passada.

Antes de entrar em funcionamento normal, o Senado deverá, nos primeiros dias, aos senhores, sobre a distribuição partidária, relativo à composição das comissões técnicas a serem respectivamente presididas, o sistema adotado e da proporcionalidade partidária.

ALMIRÃO

O Ministro Almirão Afonso chegou ontem de Recife, entretanto com a demonstração de que o Governador Miguel Arraes não se despedira

MANGABEIRA E A SUBSTITUIÇÃO

O Ministro João Mangabeira declarou ontem a um grupo de jornalistas que não poderia demitir "porque o cargo está permanentemente à disposição do Presidente da República".

Acentuou, a propósito de sua eventual substituição pelo Deputado Abelardo Jurema, que o problema não lhe cabe.

"Dês dias antes — disse — não pedi para continuar ministro — disse, Sr. ministro não me acrescenta nada; não preciso pedir demissão porque o cargo é do Presidente e ele deve usá-lo como quiser".

Informou que já estão prontos as reformas de três códigos. Este mês ficará pronta outra e assim até novembro, quando a última estará concluída.

BLOCO NACIONALISTA NO SENADO

O Senador Artur Virgílio chegou ontem a Brasília informando para ÚLTIMA HORA que o problema da escusa do líder da representação trabalhista no Senado é tranqüilo. Pelo menos, isso já estava acertado antes do início do recesso parlamentar.

Acentuou a representação amazonense que a bancada do PTB mantém-se à unidade e confirmou sua disposição de organizar, no Senado, um bloco nacionalista.

APOIO AO PRESIDENTE

O Presidente João Goulart recebeu, ontem, despacho telegráfico da Associação do Comércio e Indústria de France, em São Paulo, entidade que congrega ex-rios estaduais do Partido Trabalhista Nacional (PTN) ratificaram a decisão de empregar a colaboração necessária ao Governo da República na estabilização dos preços, conforme o Plano Trienal. A Associação, no telegrama, garante ao Sr. João Goulart que, quando de sua próxima visita àquela cidade, os industriais manifestarão a disposição de colaborar com o Presidente da República na estabilização dos preços, conforme o Plano Trienal. A Associação, no telegrama, garante ao Sr. João Goulart que, quando de sua próxima visita àquela cidade, os industriais manifestarão a disposição de colaborar com o Presidente da República na estabilização dos preços, conforme o Plano Trienal.

JA foi, ontem, encaminhada à Imprensa Nacional, para impressão em avulsos, a Mensagem que o Presidente da República encaminhará ao Congresso na próxima sexta-feira, quando da reabertura dos seus trabalhos. Nesse documento trabalhou, de maneira exaustiva, o Presidente, reexaminando-o pessoalmente, alterando-o até nos últimos momentos, imprimindo ao documento as características do seu Governo e das teses que informam o seu comportamento.

"A mensagem do Governo ao Congresso se é tranqüila e objetiva e se baseia no binômio — Justiça Social e Desenvolvimento", anunciou, ontem, o Secretário de Imprensa da Presidência da República. Depois de fazer um histórico da situação econômica e social do País, a Mensagem manifesta o propósito do Governo de enviar imediatamente ao Congresso proposições sobre cinco reformas fundamentais, a saber: agrária, bancária, tributária, urbana e administrativa. Destaca, ainda, o documento o propósito em que se encontra o Governo de manter a atual política externa e de ampliar o comércio exterior. Discorre sobre o Plano Trienal e sua aplicação,

REFORMA AGRÁRIA

O Grupo de Trabalho encarregado de elaborar a mensagem de reforma agrária deu, ontem, a redação final ao projeto que será entregue hoje ao Presidente João Goulart.

O projeto consta de 8 capítulos e 51 artigos, a saber: Disposições preliminares, desapropriação por interesse social, distribuição de terras aos agricultores, planos de colonização, arrendamento de parceria e disposições gerais e transitórias. O Sr. João Caruso, Superintendente da SUPRA, incluiu, ontem, os trabalhos de levantamento das

AUMENTO

A mensagem presidencial acompanhada de projeto de lei referente ao aumento de vencimentos do funcionalismo público será enviada ao Congresso Nacional logo nos primeiros dias de sua reabertura. Ontem, o Sr. João Goulart solicitou do Sr. Evandro Lins e Silva para reexaminar os estudos que se encontram em poder do Chefe de Gabinete Civil.

na batalha contra a inflação e pelo equilíbrio econômico-financeiro, sem deter a marcha desenvolvimentista.

Deixando impressas na sua fala ao Congresso as teses fundamentais que orientam o Governo, quis o Presidente definir as responsabilidades e conclamar os legisladores para a grande tarefa de reestruturação da vida brasileira. A Mensagem responde as aspirações nacionais, consubstanciadas de modo irrefutável no referendo de janeiro, quando dez milhões de brasileiros, optando pelo presidencialismo, ofereceram ao Sr. João Goulart um crédito de confiança jamais visto neste País.

Não há dúvida de que o Executivo vem cumprindo a sua tarefa, recebendo, por isso mesmo, os aplausos da opinião pública. Agora e a vez do Congresso, que abre as suas portas, sexta-feira vindoura. A Mensagem presidencial coloca nos devidos termos a situação brasileira. Cabe ao Congresso enfrentar as soluções, corajosa e patrioticamente, oferecendo a Nação as reformas que são, hoje, um imperativo da consciência nacional.

Os ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica convocaram o diretor-geral do DASP para uma reunião, sexta-feira próxima, a fim de resolver em definitivo as divergências surgidas para elaboração da tabela de aumento dos militares.

O DASP opinou contrariamente à tabela dos militares que lhe foi apresentada pelo Grupo de Trabalho designado pelo General Almirão Silva, criando assim dificuldades para a elaboração final da mensagem ao Congresso. A parte dos servidores civis já se encontra com o Presidente João Goulart que fez questão de revisá-la.

2. Plano de Aula ou de Atividade Pedagógica

Disciplina: História

Nível de ensino:

[] 1º Segmento do Ensino Fundamental

[X] 2º Segmento do Ensino Fundamental

[] Ensino Médio

Ano/Série: 9º ano

Duração: 3 tempos de 50 minutos cada

Tema: Golpe Civil Militar em 1964.

Problema: Como foi a participação do jornal *O Correio da Manhã* em 31/03 e 01/04/1964?

Objetivo Geral: Analisar como o jornal *O Correio da Manhã*, periódico carioca, divulgou os últimos momentos do governo: o dia antecedente ao golpe civil militar, 31/03, e o dia do golpe, 01/04/31964 a partir de uma reflexão sobre o Governo de João Goulart após aprovação do presidencialismo por meio de plebiscito em 06/01/1963 e as discussões sobre as reformas de base.

Objetivos Específicos: Relacionar os atores do jornal carioca escolhido, *Correio da Manhã*, bem como seu público alvo e como se posicionava sobre os acontecimentos selecionados. Comparar como essa imprensa se vinculava aos fatos e ao conteúdo abordado.

Conceitos/Noções: papel da imprensa, governo João Goulart, golpe civil militar.

Conteúdos: analisar o posicionamento da imprensa, a partir do conteúdo abordado e relacionar o papel da imprensa no golpe civil militar.

Procedimentos e Estratégias: Na primeira aula será dado continuidade ao contexto do Comício da Central do Brasil apresentado na primeira sequência didática. Abordar a resposta da oposição a esse movimento com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, o apoio dos Estados Unidos da América aos grupos de oposição a Jango, bem como o golpe em 01/04/1964.

Na segunda aula, será dada continuidade ao papel da mídia na construção da memória social coletiva, analisando os editoriais “Basta!” e “Fora!” do jornal Correio da Manhã. Como o periódico se colocava sendo um jornal imparcial, mas ao mesmo tempo, com um papel fundamental de crítico das medidas do governo Jango e apoiador de que as Forças Armadas atuassem como defensores da legalidade constitucional. Frisando em diversos momentos que sempre apoiou as reformas de base, se mostrando a favor do povo, mas que após o Comício da Central em 13 de março de 1964 as instituições estavam “intranquilas” com a desenvoltura do presidente. Um roteiro com questionamentos será oferecido aos alunos como um guia na análise:

Roteiro:

- 1- Verificar a linguagem adotada e o público a que o jornal se destina.
- 2- Identificar aspectos abordados sobre o governo João Goulart nos editoriais.
- 3- Observar como o jornal se coloca frente aos pontos do item anterior.
- 4- Relacionar a aula expositiva com as percepções observadas nos editoriais.
- 5- Compreender como o jornal dialogou com a sociedade através dos editoriais analisados.

Na terceira aula, após a atividade de avaliação na segunda aula, os alunos irão juntamente com a análise feita em grupos sobre os editoriais refletir sobre as movimentações políticas após o golpe. A saída de João Goulart da presidência, a posse de Ranieri Mazzilli e a entrada dos militares no Poder Executivo com a presença do Marechal Humberto Castello Branco em abril de 1964 bem como o primeiro Ato Institucional e o início das cassações políticas no Brasil.

Recursos didáticos: Na primeira aula o recurso será o quadro. Na segunda aula, os alunos já divididos em grupos para a atividade de avaliação, receberão os dois jornais completos dos dias 31/03 e 01/04/1964 para a ampla visualização de como eram publicados e se colocavam para os leitores. Na terceira aula, apresento a primeira página do jornal e os editoriais em que os grupos irão trabalhar na atividade: “Basta!” e “Fora!” e receberão instruções de como analisar os documentos.

Avaliação: A turma será dividida em 5 grupos de 6 alunos para trabalhar com os editoriais, tendo como fonte de consulta o livro didático e anotações feitas em sala de aula.

Um roteiro com indicativos de pontos importantes que os alunos devem observar também será disponibilizado para a turma. A partir desse roteiro, a avaliação consta em ponderar o quanto os alunos compreenderam a importância da imprensa como agente formador de opinião, ator político e construtor de memória na sociedade.

Correio da Manhã

EDMUNDO BITTENCOURT — PAULO BITTENCOURT

RIO DE JANEIRO, TERÇA-FEIRA, 21 DE MARÇO DE 1964

NO 11.131 — ANO LXXX

CLUBE MILITAR ADERE AO CLUBE NAVAL

Democratização aplaudida, o marcial Magalhães cumprimenta a direção do Clube Naval, o qual se diz satisfeito com a atitude de solidariedade das Forças Armadas em todos os momentos de crise. O Clube Naval, em caso de qualquer eventualidade...

Manifesto
O Clube Militar, por seu espírito de solidariedade e de respeito à Constituição, manifesta-se em favor da manutenção da atual situação política e administrativa do Brasil, sob o governo do presidente João Goulart. O Clube Militar, em caso de qualquer eventualidade...

Solidariedade
A liberdade de expressão é um dos princípios fundamentais da democracia. O Clube Militar, em caso de qualquer eventualidade...

Saudação
O Clube Militar, em caso de qualquer eventualidade...

Proclamação
O Clube Militar, em caso de qualquer eventualidade...

Assembleia
O Clube Militar, em caso de qualquer eventualidade...

Basta!

Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para a preservação do clima de intranquilidade e insegurança que se ventilou desde o início do governo Goulart? Até quando deseja levar a cabo o projeto de mudança de sistema político e econômico do Brasil, a despeito do clamor popular e da oposição das Forças Armadas e da população em geral?

Basta de farra. Basta da guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar a cabo sua política continuada de política de demagogia para que, realmente, se possam fazer as reformas de base.

Quase todas as medidas tomadas pelo sr. João Goulart, desde o início do seu governo, têm sido outras finalidades sendo a de enganar a base e povo, que, aliás, não se engana.

Não é tolerável esta situação caliginosa provocada artificialmente pelo Goulart, que estabelece o campo, com o decreto da SUPRA, atacando igualmente os proprietários e os compositores, de destruir a fidelidade dos estudantes, comprometido é a das reivindicações de melhorias das forças armadas, des-

Goulart e os sargentos

Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para a preservação do clima de intranquilidade e insegurança que se ventilou desde o início do governo Goulart? Até quando deseja levar a cabo o projeto de mudança de sistema político e econômico do Brasil, a despeito do clamor popular e da oposição das Forças Armadas e da população em geral?

EUA ACUSAM JG DE NÃO SER ANTI-FIDEL

Washington (AP-UP-FCM) — Dando que o Brasil, o Chile e o Panamá são países da América Latina que os comunistas dispõem de melhores perspectivas para influir na política interna e de controlar o desenvolvimento do conflito com os Estados Unidos, o Departamento de Estado, em relatório publicado, acusa o presidente João Goulart de ter "tolerado o crescimento do comunismo no Brasil" e de ter "negado a cooperar com eficácia em medidas contra a ditadura comunista de Fidel Castro".

Colômbia, igualmente, a grande preocupação dos Estados Unidos, o Departamento de Estado, em relatório publicado, acusa o presidente João Goulart de ter "tolerado o crescimento do comunismo no Brasil" e de ter "negado a cooperar com eficácia em medidas contra a ditadura comunista de Fidel Castro".

Guerra teria novo titular mas interino

Um possível sucessor de João Goulart, o general Aarão de Azevedo, teria sido indicado para assumir o cargo de chefe de Estado, mas a indicação é considerada interina, pois o general não possui o necessário apoio político para assumir o cargo de forma definitiva.

Crise leva Michaelens a demitir-se

O ministro da Educação, Michaelens, anunciou sua demissão em meio à crise política que envolve o governo Goulart.

Promoção: faz generais

O presidente da República promoveu uma série de generais das Forças Armadas em uma cerimônia realizada no Palácio do Catete.

Governadores analisam crise no País

Os governadores de vários Estados brasileiros analisaram a situação política nacional em uma reunião realizada em Brasília.

Prejuízo no Alasca foi a 350 milhões

Anchorage (Alasca, Washington e Moscou) — O governador do Alasca, William Egan, anunciou que o prejuízo causado pelo terremoto de sexta-feira, que feriu centenas de pessoas, enquanto o número de mortos e desaparecidos não é conhecido, foi de aproximadamente 350 milhões de dólares.

Providências

Medidas de emergência foram tomadas pelo governo federal em resposta ao terremoto no Alasca, incluindo a suspensão de voos e a evacuação de áreas afetadas.

Basta!

Até que ponto o presidente da República abusará da paciência da Nação? Até que ponto pretende tomar para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo? Até que ponto contribuirá para preservar o clima de intranquilidade e insegurança que se verifica presentemente, na classe produtora? Até quando deseja levar ao desespero por meio da inflação e do aumento do custo de vida, a classe média e a classe operária? Até que ponto quer desagregar as forças armadas por meio da indisciplina, que se torna cada vez mais incontrolável?

Não é possível continuar neste caos em todos os sentidos e em todos os setores. Tanto no lado administrativo como no lado econômico e financeiro.

Basta de farsa. Basta da guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuista. Basta de demagogia para que, realmente, se possam fazer as reformas de base.

Quase todas as medidas tomadas pelo sr. João Goulart, nestes últimos tempos, com grande estardalhaço, mas inexecutáveis, não têm outra finalidade senão a de enganar a boa-fé do povo, que, aliás, não se enganará.

Não é tolerável esta situação calamitosa provocada artificialmente pelo Governo que estabeleceu a desordem generalizada, desordem esta que cresce em ritmo acelerado e ameaça sufocar todas as forças vivas do país.

Não contente de intranquilizar o campo, com o decreto da SUPRA, agitando igualmente os proprietários e os camponeses, de disvirtuar a finalidade dos sindicatos, cuja missão é a das reivindicações de classe, agora estende a sua ação deformadora às forças armadas, des-

truindo de cima a baixo a hierarquia e a disciplina, o que põe em perigo o regime e a segurança nacional.

A opinião pública recusa uma política de natureza equivocada que se volta contra as instituições, cuja guarda deveria caber ao próprio Governo Federal.

Queremos o respeito à Constituição. Queremos as reformas de base votadas pelo Congresso. Queremos a intocabilidade das liberdades democráticas. Queremos a realização das eleições em 1965. Se o sr. João Goulart não tem a capacidade para exercer a Presidência da República e resolver os problemas da Nação dentro da legalidade constitucional não lhe resta outra saída senão entregar o Governo ao seu legítimo sucessor.

É admissível que o sr. João Goulart termine o seu mandato de acordo com a Constituição. Este grande sacrifício de tolerá-lo até 1966 seria compensador para a democracia. Mas para isto, o sr. João Goulart terá de desistir de sua política atual que está perturbando uma nação em desenvolvimento, e ameaçando de levá-la à guerra civil.

A Nação não admite nem golpe nem contragolpe. Quer consolidar o processo democrático para a concretização das reformas essenciais de sua estrutura econômica. Mas não admite que seja o próprio Executivo, por interesses inconfessáveis, quem desencadeie a luta contra o Congresso, censure o rádio, ameace a imprensa e, com ela, todos os meios de manifestações do pensamento, abrindo o caminho à ditadura.

Os Poderes Legislativo e Judiciário, as Classes Armadas, as forças democráticas devem estar alertas e vigilantes e prontos para combater todos aqueles que atentem contra o regime.

O Brasil já sofreu demasiado com o Governo atual. Agora, basta!

Fora!

A Nação não mais suporta a permanência do sr. João Goulart à frente do Governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo. Não resta outra saída ao sr. João Goulart senão a de entregar o Governo ao seu legítimo sucessor. Só há uma coisa a dizer ao sr. João Goulart: saia.

Durante dois anos o Brasil agüentou um Governo que paralisou o seu desenvolvimento econômico, primando pela completa omissão, o que determinou a completa desordem e a completa anarquia no campo administrativo e financeiro.

Quando o sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranqüilidade e de insegurança que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas.

Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender.

O sr. João Goulart iniciou a sedição no país. Não é possível continuar no poder. Jogou os civis contra os militares e os militares contra os próprios militares. É o maior responsável pela guerra fratricida que se esboça no território nacional.

Por ambição pessoal, pois sabemos que o sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia, ele quer permanecer no Governo a qualquer preço.

Todos nós sabemos o que representa de funesto uma ditadura no Brasil, seja ela de direita ou de esquerda, porque o povo, depois de

uma larga experiência, reage e reagirá com tôdas as suas forças no sentido de preservar a Constituição e as liberdades democráticas.

O sr. João Goulart não pode permanecer na Presidência da República, não só porque se mostrou incapaz de exercê-la como também porque conspirou contra ela como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e seus últimos atos.

Foi o sr. João Goulart quem iniciou de caso pensado uma crise política, social e militar, depois de ter provocado a crise financeira com a inflação desordenada e o aumento do custo de vida em proporções gigantescas.

Qualquer ditadura, no Brasil, representa o esmagamento de tôdas as liberdades como aconteceu no passado e como tem acontecido em todos os países que tiveram a desgraça de vê-la vitoriosa.

O Brasil não é mais uma nação de escravos. Contra a desordem, contra a masorca, contra a perspectiva de ditadura, criada pelo próprio Governo atual, opomos a bandeira da legalidade.

Queremos que o sr. João Goulart devolva ao Congresso, devolva ao povo o mandato que ele não soube honrar.

Nós do CORREIO DA MANHÃ defendemos intransigentemente em agosto e setembro de 1961 a posse do sr. João Goulart, a fim de manter a legalidade constitucional. Hoje, como ontem, queremos preservar a Constituição. O sr. João Goulart deve entregar o Governo ao seu sucessor, porque não pode mais governar o país.

A Nação, a democracia e a liberdade estão em perigo. O povo saberá defendê-las. Nós continuaremos a defendê-las.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

"O acontecimento é o maravilhoso das sociedades democráticas" (NORA, 1974: 185). Com essa frase de Pierre Nora, observo que o maravilhoso desse período é o estranho, o que ficou conhecido como regime militar, abolindo a democracia existente no Brasil. O estranho que permanece nos dias atuais com a disseminação de notícias falsas, narrativas que tentam trazer um olhar diferente para o que ocorreu, apagando dos livros de história "golpe de 1964" para emplacar "movimento ou revolução de 1964", visto que há muitos discursos de personalidades políticas, principalmente, que defendem o regime ditatorial em que estivemos entre os anos de 1964-1985 ou ainda negam os atos de censura, tortura, desaparecimento e mortes que ocorreram nesse período. Pensar, por meio da imprensa, a questão da memória, na construção de uma memória coletiva, reforçando os sentimentos de pertencimento (POLLAK,1989, p.9).

Devido a essa inquietação, busquei através dessa fonte, analisar como a falsa defesa a democracia era retratada com um viés de traiçoeira neutralidade. Como visto anteriormente, os jornais constituem-se importantes porta-vozes de determinados grupos da sociedade e, por isso, fontes fundamentais quando se pretende estudar a cultura de certa época. Assim, pela análise dos meses antecedentes ao golpe de 1964 pode se perceber como parte da imprensa, e até mesmo da sociedade, se posicionou em relação ao novo regime que estava sendo instaurado no mesmo ano. De acordo com Alberto Dinis " o ato de informar é um processo de formação, de conscientização da sociedade. Sabe-se que o processo de informar é um processo formador e, portanto, o jornalista, em última análise, é um educador. "(Barbosa,2007, p.158).

Referências Bibliográficas:

ABRAMO, Perseu. O significado político na manipulação na grande imprensa. In: *Padrões de Manipulação na Grande Imprensa*. 2. ed- São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016., pg.37-69.

ABREU, Alzira Alves de, Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: Abreu, Alzira Alves de, (org.), *A Imprensa em Transição*, O Jornalismo Brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. In: *IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades*. Caicó, novembro, 2014.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *BRASIL: NUNCA MAIS*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre História: Imprensa e Memória. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2000, p.262.

BARBOSA, Marinalva, 1954-História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. O Correio da Manhã no golpe de 1964: impasses e declínio na relação com os militares. In: *Anais do XXVI*. Simpósio Nacional de História. São Paulo. ANPUH, julho 2011.

CONY, Carlos Heitor. *O Ato e o Fato, Crônicas Políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

CRUZ, Heloísa de Faria e PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto história*. São Paulo. EDUC, nº35, julho-dezembro 2007.

_____. "Discutindo a memória e ensinando história: uma experiência de educação continuada na PUC/SP". In: *Projeto História*, nº14, São Paulo: PUC/EDUC, 1997.

FAUSTO, Boris. A Crise dos anos vinte e a Revolução de 1930. In: FAUSTO, Boris, *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro- São Paulo: DIFEL, 1978.

_____. *História do Brasil*. 14ª.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano O tempo da experiência democrática, da democratização de 1945 ao golpe civil- militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. “1946-1964: A experiência democrática no Brasil”. Revista Tempo, vol.14 no.28. Niterói, junho 2010.

FICO, Carlos. Versões e controversias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.24, nº 47, p.29-60, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961- 1964*. São Paulo: Paz e Terra,1993.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LAGROU, Pieter. Sobre a atualidade do tempo presente. In: PORTO JR., Gilson (org.). *História do tempo presente*. São Paulo: Edusc, 2007.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves de, (org.), *A Imprensa em Transição, O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

MACEDO, Michelle Reis de. Em nome da democracia: direita, esquerdas e a “guerra de Minas” na imprensa carioca. In: Ferreira, Jorge (org.) *O Rio de Janeiro Nos Jornais, ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

MARKUN, Paulo e HAMILTON, Duda. *1961: O Brasil entre a ditadura e a guerra civil*. São Paulo: Benvirá, 2011.

MUNIZ, Maria Luiza de Castro. Impressões a quente: memórias de jornalistas, (des)informação e repressão política. In: THIESEN, Icléia (org.). *Imagens da Clausura na Ditadura de 1964: informação, memória e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. “Ensino como Pesquisa: Um novo olhar sobre a História Fundamental. Como e por que aprender/ensinar história”. *Histórias e Perspectivas*, Uberlândia (53), 37-70, jan-jun/2015.

PEREIRA, N. M.; SEFFNER, Fernando: Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. In: *Revista Histórica Hoje*, v(7),nº13, p. 14-33, 2018.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Negociações Impressas: a imprensa comercial e o lazer dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. História (São Paulo) v. 35, e 99.2016 ISSN 1980-4369.

RAMOS, Plínio de Abreu. *A imprensa nacionalista no Brasil*. In: Abreu, Alzira Alves de, (org.), *A Imprensa em Transição, O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

REIS, Daniel Aarão: *Ditadura e Sociedade: As reconstruções da memória*. In: Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto Sá (org.). *O Golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: Edusc,2004.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Tese de Doutorado apresentada na Escola de Comunicação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Cidade Maravilhosa? O Rio e Janeiro na Imprensa Popular (1947-1954)*. In: Ferreira, Jorge (org.) *O Rio de Janeiro Nos Jornais, ideologias, culturas políticas e conflitos sociais (1946-1964)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

ROUSSO, Henry. *A memória não é mais o que era*. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. 8ª edição. Rio de Janeiro. Editora FGV,2006.

SILVA, João Batista Teófilo. “Reinventando o passado: Memória, Imprensa e Ditadura 50 anos depois (1964-2014)”. *Revista Historiar*, v.5, nº 9,2014.

_____. *Imprensa, ditadura e abertura política Entre consentimentos, atritos e ambivalências. A atuação dos jornais cearenses Correio da Semana e O Povo (1974-1985)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,2015. SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. *Sob o dogma da liberdade: a história do Correio da Manhã*. *Revista Recine*, n. 4, setembro/2007.

SCHWARCZ, L.M; STARLING, H.M. *Brasil: uma bibliografia*. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras,2005. (cap.17, pp.437-451).

THIESEN, Icléia (org.). *Imagens da Clausura na Ditadura de 1964: informação, memória e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora> Acesso em 10/12/2021.

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=386030&Pesq=%22reformas%20de%20base%22&pagfis=97957> Acesso em 10/12/2021.

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha> Acesso em: 30/06/2019

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/AConjunturaRadicalizacao/Co-micio_das_reformas acessado em 04/05/2021.

http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21775.pdf acessado em 30/06/2019

http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21776.pdf acessado em 30/06/2019

http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21761.pdf acessado em 30/06/2019

http://memoria.bn.br/pdf/089842/per089842_1964_21760.pdf acessado em 30/06/2019

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm acessado em 20/08/2021